

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 93.862 - RN (2018/0007388-1)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
RECORRENTE : **EVARISTO DOUGLAS MACEDO DO NASCIMENTO**
ADVOGADOS : **MILENA DA GAMA FERNANDES CANTO - RN004172**
 JOSÉ TITO DO CANTO NETO - RN009602
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO**
 NORTE

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por **EVARISTO DOUGLAS MACEDO DO NASCIMENTO** contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte.

Colhe-se dos autos que o recorrente foi condenado à pena privativa de liberdade de 12 (doze) anos de reclusão, em regime inicial fechado, por infração ao art. 33, § 2º, *a*, da Lei n. 11.343/2006.

Neste recurso, sustenta, em síntese, que: **a)** "a Douta Magistrada de piso decretou a prisão preventiva na r. sentença condenatória sem a demonstração de qualquer fato novo e contemporâneo capaz de justificar o direito do recorrente de apelar em liberdade" (e-STJ, fl. 127); **b)** "não se pode perder de vista que o recorrente colaborou com toda a instrução criminal, tendo comparecido a todos os atos judiciais para os quais foi intimado, não tendo demonstrado, ao longo desses dois anos de curso processual, qualquer conduta que pudesse indicar que sua liberdade fosse um risco para a ordem pública, instrução criminal ou aplicação da lei penal" (e-STJ, fl. 138).

Pleiteia a revogação de sua prisão preventiva para que possa aguardar o julgamento da apelação em liberdade.

O pedido liminar foi indeferido.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo desprovimento do recurso.

É o relatório.

Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

No caso dos autos, o recorrente foi condenado à pena privativa de liberdade de 12 (doze) anos de reclusão, em regime inicialmente fechado, vedado o recurso em liberdade, pelos seguintes fundamentos:

"Nego ao réu o direito de recorrer em liberdade, revelando-se necessário decretar sua prisão preventiva para garantia da ordem pública.

De fato, os elementos obtidos consubstanciam-se em provas cabais acerca da periculosidade concreta do EVARISTO tanto no que diz respeito à gravidade em si, da conduta apurada (oferecimento ostensivo de drogas para vários adolescentes), quanto no aspecto de reiteração delituosa, tratando-se ele em indivíduo contumaz na prática de crimes.

Portanto, DECRETO a prisão preventiva do réu, para garantia da

ordem pública, o que faço com fundamento nos artigos 312 e 313, incisos I e II, ambos do CPP." (e-STJ, fl. 65)

Como se vê, a prisão cautelar encontra-se devidamente fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública, diante da gravidade concreta da conduta delituosa. De fato, o recorrente foi condenado por tráfico de drogas pois teria oferecido cocaína em pó a vários adolescentes.

Além disso, conforme consignado, o recorrente registra antecedentes criminais, sendo reincidente e contumaz na prática delitiva, o que também autoriza sua segregação cautelar para garantia da ordem pública, como forma de evitar a reiteração delitiva.

Saliente-se que o fato de o recorrente ter permanecido em liberdade durante a instrução processual não impede que seja decretada sua prisão preventiva quando da prolação de sentença condenatória, desde que presentes os requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, como ocorreu neste caso.

Sobre o tema, os seguintes precedentes:

"PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. SENTENÇA CONDENATÓRIA E NEGATIVA DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. NATUREZA DA DROGA. REINCIDENTE. FUNDADO RECEIO DE REITERAÇÃO DELITIVA. RECURSO DESPROVIDO.

I - A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constitutiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, *ex vi* do artigo 312 do Código de Processo Penal.

II - No caso, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, que evidenciam a necessidade de garantia da ordem pública, notadamente se considerada a natureza da droga apreendida em poder do agente (10 pedras de crack), bem como pela sua reincidência, circunstância apta a ensejar a custódia cautelar em virtude do fundado receio de reiteração delitiva (precedentes).

Recurso ordinário desprovido."

(RHC 80.078/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 28/03/2017, DJe 03/04/2017)

"RECURSO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. RECURSO EM LIBERDADE INDEFERIDO. RÉU QUE RESPONDEU PARTE DO PROCESSO EM LIBERDADE. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. REITERAÇÃO DELITIVA. RÉU REINCIDENTE. RISCO AO MEIO SOCIAL. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Em vista da natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição quando evidenciado, de forma fundamentada e com base em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do

Código de Processo Penal. Devendo, ainda, ser mantida a prisão antecipada apenas quando não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, nos termos previstos no art. 319 do CPP. Embora a prisão do acusado tenha sido relaxada por excesso de prazo na formação da culpa, verifica-se que a negativa do direito de apelar em liberdade foi fundamentada com base em elementos concretos, diante da elevada periculosidade social do recorrente, evidenciada pela reiteração de condutas delitivas, uma vez que é reincidente, o que demonstra risco ao meio social, recomendando a sua custódia cautelar para garantia da ordem pública.

2. Nos termos do que dispõe o art. 387, § 1º do CPP, o Juiz sentenciante, por ocasião da prolação da sentença condenatória, pode, de forma fundamentada, decretar a prisão preventiva, ainda que o acusado tenha aguardado em liberdade o encerramento da instrução processual, desde que demonstrada a presença dos requisitos exigidos para a segregação antecipada.

Recurso desprovido."

(RHC 84.336/MG, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 15/08/2017, DJe 25/08/2017)

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso.
Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

Ministro **RIBEIRO DANTAS**
Relator